

O que pretende nosso governo?



Funaro com Gorla: alguma cautela.



Conselho: advertência ao Brasil.

Funaro conversa com nosso maior credor. E apresenta seus planos.

O governo já tem em mente o esboço de um plano econômico quadrienal, que deverá ser apresentado à Nação e também aos credores externos para justificar a nova postura em relação à dívida. Nos seus contatos com ministros dos países industrializados, que controlam os organismos de apoio internacional como o Clube de Paris e o Banco Mundial, o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, tem dado indicações sobre esse plano. E ontem, em Roma, última escala de sua viagem à Europa, Funaro teve oportunidade de mostrar o plano a um dos maiores interessados: o presidente do maior credor particular do País, o Chase Manhattan Bank, David Rockefeller.

Foi um encontro casual: a viagem do ministro não previa encontros com banqueiros. Mas, como ambos estavam na mesma cidade no mesmo dia, a conversa tornou-se inevitável. Rockefeller foi chamado à embaixada brasileira em Roma ontem à tarde e conversou com Funaro durante duas horas (foi a reunião mais longa do ministro nessa viagem). Pela manhã, Funaro já se havia reunido com o ministro do Tesouro da Itália, Giovanni Gorla, que lhe prometeu apoio "com toda energia".

Embora na entrevista coletiva que ambos concederam depois não fossem revelados detalhes da conversa, os principais as-

pectos do plano imaginado pelo governo brasileiro (uma constante reivindicação dos credores) foram revelados pelo presidente do Banco Central, Francisco Gros, que acompanha Funaro nessa viagem.

"A prioridade é o crescimento interno", disse Gros. "O pagamento da dívida será uma consequência." Segundo o presidente do BC, o plano terá de ser discutido internamente (e, é claro, aprovado pelo presidente Sarney) antes de ser apresentado aos credores. O objetivo mais importante é acabar com a atual instabilidade dos acordos de curto prazo que o Brasil vem firmando com seus credores. "Esses programas acabam a cada 90 dias", disse ele. "Depois vem a discussão se renova ou não renova. Assim não é possível trabalhar. É preciso ter tranquilidade."

Nesse novo programa, o governo pretende fixar, por exemplo, uma meta para o pagamento do serviço da dívida externa. "O que não der para pagar será refinanciado", explicou Gros. Além disso, o plano estabelecerá várias outras metas: quanto será pago de juros, qual será o saldo comercial do País, quanto será importado de petróleo, quanto será produzido de aço, papel, celulose etc. "Enfim, será um plano de metas esmiuçado", comentou o presidente do Banco Central. "O importante é que a Nação

terá um guia para seguir. Se, por exemplo, não alcançarmos a meta de saldo comercial, então financiaremos o que faltar para pagar o serviço da dívida."

Na entrevista coletiva, o ministro Funaro só se referiu a esse plano uma vez: foi para dizer que o programa demonstrará que o refinanciamento da dívida é indispensável para o crescimento do País. "Com recessão não se sai da crise", disse Funaro aos jornalistas italianos. Ao lado do ministro italiano, ele contou ter obtido dele boa receptividade à tese de tornar "política" a renegociação, envolvendo nela os governos dos países industrializados (depois, Giovanni Gorla corrigiu a informação, dizendo que prefere não utilizar o termo "renegociação política" porque pode gerar diversas interpretações).

De qualquer forma, ficou claro que foi na Itália que Funaro obteve maior apoio à sua tese. Gorla se comprometeu a defender maior ajuda ao Brasil na próxima reunião dos sete países ricos, marcada para junho em Veneza. "Não é apenas uma questão de negócios, mas também de simpatia pelo Brasil", explicou ele. "O mundo é pequeno, e os problemas de uns são os problemas de todos. Se não trabalharmos juntos, será difícil pensar no futuro", disse o ministro italiano.

3 bilhões dos credores. Com juros baixos.

Esse é o dinheiro novo que o País receberá enquanto negocia, garante Sarney.

Sobre a atitude da imprensa internacional, o presidente Sarney tachou-a de "excepcional", pois no seu entender, ela foi muito mais favorável ao governo e ao País do que a reação apresentada pelos grandes jornais nacionais. De um modo geral, os jornais estrangeiros acataram a posição brasileira como extremamente necessária e providencial, e em seguida frisaram a necessidade de uma negociação, fazendo um apelo a ambas as partes — banqueiros e governo — para que não buscassem o confronto. Esta posição, segundo se afirma no Palácio do Planalto, coincide plenamente com a do governo brasileiro.

O presidente Sarney está convencido de que o País não apenas conseguirá dinheiro novo, como também conseguirá uma negociação plurianual de sua dívida, em condições muito mais vantajosas para o País do que aquelas que prevaleciam antes da moratória.

Oposição crítica

"O Brasil é o exemplo do desperdício", afirmou ontem o líder do PDS, Amaral Neto, ao ler notícia de O Estado sobre a viagem do ministro da Fazenda, Dilson Funaro, ao interior da Suíça.

"O Estado" noticia que Dilson Funaro utilizou o único avião do governo suíço para se deslocar até Zurique. Quer dizer, o governo milionário, a quem estamos pedindo esmolas, dispõe de um só avião. O Brasil tem de 40 a 50 jatos oficiais", disse o parlamentar.

Confiante, o presidente José Sarney aguarda a rodada de negociações da dívida externa que deve começar oficialmente até o fim deste mês: diz ter a certeza de que o Brasil conseguirá dinheiro novo, de no mínimo US\$ 3 bilhões, principalmente sob a forma de menores juros pagos ao Exterior.

O Brasil já tornou os bancos credores mais flexíveis

Os bancos credores adotaram uma posição mais flexível depois que o Brasil decidiu interromper o pagamento de juros de sua dívida, diz relatório reservado, elaborado por especialistas da ONU ao qual a agência UPI teve acesso. Para estes, o País se encontra em "moratória técnica", simplesmente porque a suspensão resultou da impossibilidade de atender aos compromissos, por falta quase absoluta de reservas em moeda estrangeira.

Depois de fazer um balanço da queda marcante das reservas cambiais do Brasil e dos vultosos juros que este e outros países pagam aos credores externos, o relatório da ONU afirma: a comunidade bancária internacional parece ter recebido tranqüila a decisão brasileira, que contribui para alterar o tom da próxima rodada de negociações entre o Brasil e os bancos.

Embora admita que ainda é cedo para fazer uma avaliação definitiva do impacto causado nas negociações de outros países, o documento pondera: "Em verdade, vários analistas calculam que começou novo processo de renegociação da dívida; há indícios de que alguns bancos comerciais adotaram posição mais flexível".

O governo dos EUA está disposto a atuar junto com os países devedores e os

bancos credores para superar a "difícil conjuntura", declarou ontem Frank Carlucci, conselheiro de Segurança Nacional da Casa Branca, durante entrevista coletiva via satélite, com jornalistas latino-americanos.

"Reconhecemos que é um problema sério e muito difícil para os países que o enfrentam e estamos dispostos a trabalhar e ajudar no que pudermos, conforme fizemos com o México", lembrou Carlucci. Mas esclareceu que a questão deve ser tratada principalmente entre os credores, devedores e instituições financeiras multilaterais.

Nesse sentido, os altos círculos da Casa Branca examinam a situação, e, ainda recentemente, o assunto foi abordado durante encontro dos secretários de Estado, George Shultz, e do Tesouro, James Baker, lembrou o conselheiro.

A declaração de Carlucci coincidiu com a proposta feita ontem pelo ministro de Finanças do Peru, Luís Alva Castro, que pediu à OEA a convocação de sessão extraordinária dos ministros da Economia e da Fazenda a fim de buscarem soluções para a crise da dívida da região.

Os meios bancários de Washington temem que a nova rodada de negociações com o Brasil contenha ingredientes políticos. E, segundo calculam, o presidente da Reserva

E reitera que os novos recursos são indispensáveis para garantir o crescimento da economia.

Sarney, segundo ele próprio revelou a alguns parlamentares, está satisfeito com a repercussão internacional da sua decisão de suspender o pagamento dos juros da dívida externa. Quanto aos banqueiros, as reações foram basicamente as previstas, pois "ninguém esperava que os banqueiros nos aplaudissem" — chegou a comentar Sarney, segundo circulou no Palácio do Planalto.

No que se refere às autoridades governamentais dos países desenvolvidos, a reação chegou a superar as expectativas do presidente, pois, embora tenha havido censura à decisão brasileira, houve mostras de boa vontade, como a dos governos da França, da Itália e até mesmo dos EUA e do FMI (Fundo Monetário Internacional).

Federal, Paul Volcker, não deve ter êxito na tentativa de conseguir novos empréstimos para o País, ao contrário do que aconteceu com o México. E que as grandes instituições como o Citicorp só estariam dispostas a desembolsar novos recursos em troca da adoção, pelo Brasil, de medidas de ajuste econômico e de controle da inflação. Em contrapartida, os bancos norte-americanos médios e pequenos que já são credores do Brasil não desejam participar de um pacote de créditos para o País.

Enquanto isso, em Buenos Aires, portavozes do governo admitiam ontem que a Argentina enfrenta "dificuldades" na renegociação de sua dívida externa com seus mais de 300 bancos credores. As gestões que se realizam em Nova York foram qualificadas de intensivas. As autoridades esperam receber hoje a contraproposta do comitê de bancos credores que, segundo se informou, "não se afastará muito das idéias apresentadas pela Argentina".

Já o ministro da Fazenda da Colômbia, César Gaviria Trujillo, anunciou em Bogotá que a dívida exterior de seu país, de US\$ 14 bilhões, não será renegociada e será paga à medida que os bancos internacionais mantenham suas linhas de crédito. Disse que os juros da dívida equivalem a 16% das exportações da Colômbia.

